

# 13ª REUNIÃO TÉCNICA DA REDE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS



## Ata

No dia 21 de setembro de 2017, as 9 horas reuniram-se no hotel Vila Galé, no Rio de Janeiro, representantes dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. A lista de presença está anexa a este documento.

A reunião iniciou-se com uma rodada de apresentações e boas vindas da Coordenadora Geral de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas, Renata Braz. Na sequência, Ofélia Ferreira da Silva (consultora responsável pela elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) realizou uma atividade de brainstorm com os representantes da Rede sobre as lacunas do enfrentamento a tráfico de pessoas e sugestões de propostas para o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Foram as seguintes propostas realizadas:

1. Reforçar a interlocução da Rede com os consulados para assegurar a assistência as vítimas e integra-lo a rede de Núcleos e Postos;
2. Implementação de um sistema integrado de informações baseado no modelo do Sindec;
3. Refletir conceitualmente sobre os temas do trabalho escravo e tráfico de pessoas na perspectiva da compreensão das agendas;
4. Garantir financiamento com rubrica própria para o tema do tráfico de pessoas – Estados e municípios;
5. Fortalecimento comunitário em áreas vulneráveis, com base no programa Ação Integrada, RAICE dentro outros.
6. Incluir o apoio da sociedade civil. Indicador de locais de origem de trabalhadores ou das vítimas resgatadas como marcador prioritário para mapear regiões vulneráveis.
7. Implantação de novos NETPs e PAAHMs nos Estados que ainda não possuem essas estruturas.
8. Publicar portaria com redefinição de atribuições de núcleos e postos reforçando a necessidade de estrutura;
9. Fortalecimento da rede de núcleos e postos por meio de ACTs, convênios etc.;
10. Construir protocolo de intenção à luz da política tripartite e inseri-lo nas agendas dos estados e municípios;
11. Construir protocolo de intenção para que estados e municípios tenham aderência ao tema de mobilidade humana;
12. Implementar um sistema de base de dados a exemplo do observatório de Portugal, Observa la Trata e do OBMigra.
13. Parcerias com universidades no sentido de promover ações de pesquisa, prevenção, diagnósticos etc.

14. Recomendar a instituição de atribuição específica a delegacias especializadas que atuem na temática de TP (delegacias da polícia civil) (modelo DHPP de São Paulo);
15. Produção online de formulário unificado da rede para atendimento às vítimas de TP;
16. Atualizar, à luz do novo Plano, o relatório semestral atualmente utilizado pela Rede e fazer com que a rede se comprometa a enviar o relatório para CGETP;
17. Fazer com que os editais do governo federal preferencialmente tenham o Etp na cadeia produtiva das empresas licitadas;
18. Adaptar a metodologia do projeto mapear para identificar os pontos vulneráveis ao tráfico de pessoas e replicar nas polícias rodoviárias federais e estaduais.

As atividades paralisaram as 12horas e retornaram as 13horas com a apresentação, realizada por Renata Braz, Coordenadora Geral de ETP e Fernanda Fuentes, oficial de projeto do UNODC do programa Glo Act, realizado pela União Europeia, em parceria com o UNODC e a Coordenação Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, como ponto focal do Brasil. Em seguida, as coordenadoras Jeane Aguiar NETP-PE), Livia Xerez (NETP-CE) e Leila Silva (NETP-PA) realizaram um relato sobre o histórico da Rede de Enfrentamento ao Tráfico, relembrando os pactos realizados, os documentos da rede e o fluxo de comunicação, dentre outros acordos. Foi aberto para uma rodada de debates sobre as modificações da rede e sobre estratégias de aprimoramento do trabalho em grupo. Foi deliberada pela criação de um grupo de Whatsapp entre os (as) coordenadores (as) para melhoria da interlocução. Um ponto de destaque dos debates foi a necessidade de revisitar os documentos relativos à Rede Nacional: (I) Portaria que regulamenta os NETPs. A Coordenação Nacional se comprometeu a buscar o parecer jurídico sobre essa regulamentação e retornar o texto com debate neste coletivo; (III) Relatórios de Atividades e formulário de atendimento. A rede compreende que os documentos devem ser adequados aos novos cenários e modernizado. Para trabalhar nesta temática foi montado um Grupo de Trabalho formado pelos representantes dos NETPS (BA, PE, CE, GO, MG, AL) que se comprometeram a levar uma proposta de formulário e relatório para a próxima reunião da rede. Foi reforçada a necessidade que os NETPS e PAAHMs se comprometam preencher e enviar à Coordenação Nacional esse relatório em decorrência da necessidade de geração de dados para reconhecimento das manifestações do fenômeno do tráfico de pessoas em todo o Brasil. Após os debates Ebenézer Oliveira, Coordenador da Políticas para Migrantes, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da prefeitura de São Paulo apresentou o curso desenvolvido em parceria com a Organização Internacional para Migrações (OIM) para a capacitação da rede da Saúde para o atendimento às vítimas do tráfico de pessoas. As atividades se encerraram as 17horas.

Foram as seguintes deliberações da reunião:

- 1- Incluir o tema do fortalecimento do trabalho dos NETPS e PAAHMS com a sociedade civil organizada na pauta da próxima reunião técnica.
- 2- Revisitar a Portaria que institucionaliza os NETPS e PAAHMS;

- 3- Grupo de Trabalho (BA, PE, CE, GO, MG, AL) irá produzir uma proposta de novo formulário e relatório de atividades;
- 4- Que o Ministério da Justiça e Segurança Pública busque alternativas para fortalecer a rede de enfrentamento ao tráfico no Amazonas em decorrência da situação de vulnerabilidade de migrantes e a troca de Governos.
- 5- Apresentar ao Glo Act um projeto para construção de um sistema integrado de informações da Rede Nacional;
- 6- Que a Coordenação Nacional apoie a realização de capacitações para as novas equipes dos PAAMs, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo que possuem novos servidores.
- 7- Buscar meios para que a próxima reunião da Rede seja realizada descentralizada. De modo que o Núcleo apoie a infraestrutura e a Coordenação Nacional disponibilize as diárias e passagens. Que esta reunião seja realizada em abril de 2018.